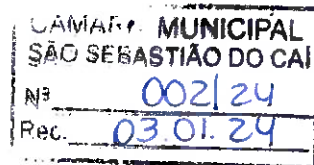


PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**PROJETO DE LEI Nº 002/2024**

**AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A  
CONTRATAR PESSOAL – PROFESSOR  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU SÉRIES  
INICIAIS – E PROFESSOR DE ANOS  
FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL –  
CIÊNCIAS - POR PRAZO DETERMINADO  
EM CARÁTER EMERGENCIAL.**

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a contratação em caráter emergencial de até 04 (quatro) Professores de Educação Infantil e/ou Séries Iniciais, com carga horária de 22h semanais, objetivando atender necessidade excepcional de interesse público.

**Art. 2º** Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a contratação em caráter emergencial de 01 (um) Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Ciências, com carga horária de 22h semanais, objetivando atender necessidade excepcional de interesse público.

**Art. 3º** A contratação de que trata o artigo anterior será pelo prazo de até 06 (seis) meses, a contar da efetiva contratação, podendo ser renovada pelo mesmo período, sendo regidas pelas normas do Regime Jurídico Único, também podendo ser rescindido a qualquer momento, ou por conveniência da administração municipal.

**Art. 4º** A retribuição pecuniária mensal a ser paga ao contratado será equiparada àquela estabelecida para os servidores do Município e proporcional às horas trabalhadas, observada a correspondente categoria funcional e reajustada ao mesmo tempo e nos mesmos índices desta.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai,

  
**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores!**

Através do anexo Projeto de Lei, nos termos do inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, o Executivo solicita a autorização desta Câmara para contratar emergencialmente até 04 (quatro) Professores de Educação Infantil e/ou Séries Iniciais e 01 (um) Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Ciências, ambos cargos com carga horária de 22h semanais, objetivando atender solicitação proveniente da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Turismo e Desporto, que segue em anexo.

Diante disso, solicito aos Nobres Vereadores que o referido Projeto de Lei seja votado nos termos propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos  
02 dias do mês de janeiro de 2024,

**JÚLIO CÉSAR CAMPANI**  
Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício 002/2024

São Sebastião do Caí, 22 de dezembro de 2024.

Ao Setor Jurídico

Prefeitura Municipal

São Sebastião do Caí- RS

Ao cumprimentá-los cordialmente, vimos pela presente missiva solicitar que seja enviado Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores a fim de autorizar:

- A contratação emergencial de 04 (Quatro) Professores de Séries Iniciais/Educação Infantil no intuito de substituir servidoras que estão afastadas do cargo, a saber: licença-saúde de Andiará dos Santos, licença gestante de Jordana de Souza, Zoraia Bueno, Bárbara Bender

- Contratação emergencial de 01 (um) Professor de Ciências no intuito de substituir servidoras que estão afastadas do cargo, a saber: licença gestante Raquel S. Elguesabal

Aproveitamos a oportunidade para renovar os nossa manifestação de alta estima e consideração.

Cláudio Cristiano Liell

Secretário de Educação, Cultura, Turismo e Desporto



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria Municipal  
da Administração, Gestão e  
Recursos Humanos

**ASSUNTO: PL 002/2024**

Impacto financeiro da contratação emergencial de 04 Professores de Séries Iniciais e/ou Educação Infantil e 01 Professor de Ciências – TOTAL de 05 (cinco) Professores

Cargo Professor	Nível 1 Classe A	Quantidade 01	Prazo (em meses)	
			06	12
Vencimento (básico)		2.603,01	15.618,06	31.236,12
13º		216,91	1.301,46	2.602,92
1/3 férias		72,31	433,86	867,72
Encargos Previdenciários	21,00%	607,36	3.644,20	7.288,40
Vale alimentação	R\$ 442	442	2.652,00	5.304,00
<b>TOTAL (01)</b>		<b>3.941,59</b>	<b>23.649,54</b>	<b>47.299,08</b>
<b>TOTAL (05)</b>		<b>19.707,95</b>	<b>118.247,70</b>	<b>236.495,40</b>

São Sebastião do Caí, 02 de janeiro de 2024.

  
**Júlio César Campani**  
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria Municipal  
da Fazenda

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA LRF Art. 16 inciso II**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, **DECLARA** existir adequação orçamentária e financeira para atender o disposto no **PL 002/2024**. A referida despesa está adequada à Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

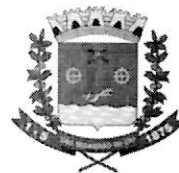
São Sebastião do Caí/RS, 03 de Janeiro de 2024.

**CARLOS OMAR CORNELIUS SILVA**

Secretário da Fazenda

**JULIO CESAR CAMPANI**

Prefeito Municipal



## **-Parecer Jurídico-**

**Parecer n.º: 02/2024.**

**Ref.: Projeto de Lei n.º 02/2024.**

**Assunto: Autozira o Executivo Municipal a Contratar Pessoal – Professor de Educação Infantil e/ou Séries Iniciais – E Professor de Anos Finais do Ensino Fundamental – Ciências – por prazo determinado em caráter emergencial.**

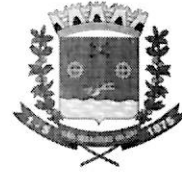
**Iniciativa: Executivo Municipal.**

PROJETO DE LEI Nº 02/2024 – INICIATIVA DO EXECUTIVO  
– AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR  
PESSOAL - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU  
SÉRIES INICIAIS – E PROFESSORES DE ANOS FINAIS DO  
ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS - POR PRAZO  
DETERMINADO EM CARÁTER EMERGENCIAL.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de lei n.º 01/2024, de iniciativa do Executivo Municipal, que foi encaminhado a esta Casa para análise e emissão de parecer. O Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Executivo a contratar emergencialmente 04 ( quatro) professores e/ou séries iniciais e 01 (um) Professor de anos finais do Ensino Fundamental- Ciências.

O Executivo Municipal, aduz que as despesas previstas no Projeto de Lei 01/2024 será decorrente de dotações orçamentárias próprias.



Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 02/2024; (ii) Justificativa; (iii) Impacto Financeiro e; (vi) Ordenador de Despesas.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Em tese, cabe destacar que o exame desta Assessoria Jurídica contém-se tão-somente à matéria jurídica envolvida nos termos da sua competência legal. Portanto, tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos e tendo por base os documentos juntados, razão pela qual, a análise Jurídica jamais implicam em deliberações, as quais são competência exclusiva dos Senhores Vereadores.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art. 30, inciso I da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, não existe qualquer vício de iniciativa em relação à presente propositura (Projeto de Lei nº 02/2024), não havendo qualquer impedimento à regular tramitação da propositura perante o presente processo legislativo.

Quanto ao conteúdo, como se vê, o Projeto de Lei em questão, tem por objetivo autorização desta Casa Legislativa para a contratação de Professores em Caráter Emergencial e, que foi devidamente justificado.



Além disso, o Art. 37, IX, da Constituição Federal, apresenta exceções em que poderão ocorrer contratações temporárias para atender excepcional interesse público:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ("Caput" do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Portanto, o projeto está revestido de legalidade

Por fim, esta consultoria jurídica, não sendo competente para se pronunciar sobre a parte de cunho contábil e financeiro, recomenda aos nobres Vereadores, que querendo solicitem parecer ou orientação técnica junto ao setor contábil da Prefeitura do Município, a informar se há recursos orçamentários e financeiros para suportar a despesa apontada no referido projeto.

Deste modo, entendo não haver qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade que possa macular o projeto em análise.

### **III - DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, observadas as recomendações constantes neste parecer, não se vislumbra óbice ao pretendido, sendo que a presente propositura enseja a legalidade normativa, não contrariando os preceitos legais.

Sendo assim, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela procedência do trâmite do Projeto de Lei nº 02/2024, o qual está apto a ser encaminhado à discussão e votação pelo Plenário, desta Casa Legislativa.





**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

São Sebastião do Caí, 03 de janeiro de 2024.

**LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA**

**Assessor Jurídico da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.  
OAB/RS 118.431**